

Portugal e as Operações de Paz na Bósnia: A Preparação das Forças

Octávio de Cerqueira Rocha

General do Exército (Ref.)

Chefe de Estado-Maior do Exército entre OUT1992 e ABR1997

A década de 90 permanecerá como importante referência para Portugal e para as suas Forças Armadas, para o Exército, porque marca o início de uma crescente participação militar, em operações no exterior, no âmbito das chamadas novas missões em apoio da política externa do Estado e satisfação dos compromissos internacionais assumidos, em simultaneidade com um profundo processo de reestruturação que abrangeu todos os sectores da Instituição Militar.

Essa reestruturação, muito exigente em termos de planeamento, decisão e execução e colocando ou originando problemas complexos, designadamente, na área da administração dos recursos humanos, nuclear para o Exército: a introdução em 1993 dos Regimes de Voluntariado e de Contrato (RV/RC) e do Serviço Efectivo Normal (SEN) de 4 meses e as sequelas da aplicação do Dec. Lei 15/92 que reduziu em cerca de 1400, os Quadros Permanentes (QP) de oficiais e sargentos (tanto num ano como ao longo da década de 80), com consequências, em especial para os serviços administrativo-logísticos, que ficaram desguarnecidos.

Deve ainda notar-se que:

- a preparação das forças para a Bósnia-Herzegovina (BiH) dá-se no início da segunda metade da década, com mudança de Governo em Portugal, – a decisão de participar na *Implementation Force* (IFOR) foi uma das primeiras e mais importantes tomada no final de 95, pelo XIII Governo;
- o aprontamento das forças ocorreu em simultâneo com a preparação de outras unidades do Exército para actuar em África e com a sustentação das que já operavam nesse continente, ou seja uma acção simultânea em duas frentes completamente diferentes, excêntricas e a grande distância de Portugal: a preparação de uma força para actuar na Europa Central e a sustentação de duas forças em operação na África Austral e aprontamento de uma unidade para reforço destas últimas;
- as duas principais Grandes Unidades (GU) do sistema de forças terrestre, encontravam-se, a Brigada Aerotransportada Independente (BAI) em levantamento e a Brigada Mecanizada Independente (BMI) em processo de reorganização;
- decorriam as primeiras aquisições no âmbito da 2ª Lei de Programação Militar (LPM), programas que absorviam parte importante das possibilidades dos órgãos logísticos apropriados.

A participação do Exército no novo quadro de missões, será progressivamente maior, tanto no que respeita aos efectivos empenhados, como à qualidade dessa participação: Observadores/Monitores, Equipas médicas, Unidades de Apoio, Unidades de Combate.

Esta sequência traduz, com alguma fidelidade, o aumento da prontidão operacional do Sistema de Forças do Exército e da capacidade de sustentação das Forças, tornada possível após as acções de reorganização e modernização, esta ainda que insuficiente, realizadas especialmente na primeira metade da década.

Como registo dessa situação permanecerá a Guerra do Golfo (Operação *Desert Storm*). Lembrem-se os esforços que o Exército desenvolveu a nível de estudos e planeamento para estruturar uma Unidade operacional que pudesse integrar a Força Multinacional constituída pelos Países Aliados e Amigos. Apesar das dificuldades, conseguiu-se estruturar um Agrupamento de Armas Combinadas (Agrupamento de Forças), à custa de meios da BMI/CMSM (Brigada Mista Independente/Campo Militar de Santa Margarida) e da Brigada de Forças Especiais (BFE). Mas a previsão da natureza das operações a desenvolver e, principalmente, as dificuldades de assegurar exigente sustentação por apreciável período de tempo, contribuíram certamente para que não fosse recomendado o empenhamento de uma unidade de combate.

A participação do Exército acabou por ser pouco significativa. Apenas alguns meios do Serviço de Saúde. Sabemos que essa situação, no seio do sistema de Alianças a que pertencemos, não foi positiva.

Mas, a partir daí muita coisa mudou e muito se fez, no sentido de atingir o mais rapidamente possível, patamares de operacionalidade que permitissem a disponibilidade de Forças para cumprir missões diversificadas num quadro multinacional.

O emprego do Exército em operações de paz intensificou-se a partir de 1991, nas suas diferentes modalidades, surgindo a primeira Unidade constituída, de apoio, o Batalhão de Transmissões n.º4 (BTm4), atribuída à ONUMOZ, de Abril de 1993 a Dezembro de 1994. Manteve um efectivo médio de cerca de 500 militares.

De Abril de 1995 e até há pouco tempo, o Exército participou na UNAVEM III e na MONUA, em Angola, com três Unidades: Companhia de Transmissões n.º 5 (CTm5), Companhia Logística n.º 6 (CLog6) e Destacamento Sanitário n.º 7 (DestSan7), (este desde Setembro de 1997), com efectivo

médio da ordem de 400 militares e no Sahara Ocidental, na Operação MINURSO com 17 oficiais, um dos quais Brigadeiro, Comandante da Operação.

Todas estas unidades eram exigentes na especialização do seu pessoal e na sofisticação dos seus equipamentos.

No que respeita à Bósnia-Herzegovina, Portugal assume importantes responsabilidades e mantém uma presença significativa a partir de Julho de 1991 na Missão de Monitorização da CEE/EU (ECMM).

Recorde-se que tanto a nível diplomático como militar, Portugal assumiu importantes responsabilidades, designadamente a nível da componente militar da ECCM, cujo comando foi sucessivamente entregue a dois Brigadeiros do Exército.

Portugal não participou com Forças Terrestres na UNPROFOR que se desenvolveu na BiH de Janeiro de 1992 a Dezembro de 1995. Esteve presente com Observadores Militares e Equipas Médicas, que cumpriram bem as suas tarefas e contribuíram, com a sua experiência, para as intervenções ulteriores.

O esforço da participação nacional recaiu na Marinha com um ou dois navios em permanência no Adriático, nas Operações *Sharp Vigilance*, *Maritime Guard* e *Sharp Guard* entre Julho de 1992 e Janeiro de 1995, e na Força Aérea na operação *Sharp Pence* com dois P3 ORION de Setembro de 1991 a Junho de 1993.

A preparação da componente operacional do Exército para emprego no âmbito das operações de apoio à paz começou em 1994, (Directiva de 13 de Outubro de 1994).

A preparação das Forças do Exército para emprego na ex-Jugoslávia, iniciou-se em princípios de 1995 (Directiva de 17 de Fevereiro de 1995), na previsão inicial de uma participação no apoio à retirada de forças da UNPROFOR, que não se concretizou e que veio a confirmar-se na IFOR.

Para a determinação da natureza e estrutura da Força a destacar, foram devidamente ponderados factores de ordem externa como sejam:

- a missão;
- o ambiente operacional: características da área de operações (terreno, condições meteorológicas e populações), ameaças e riscos, duração da operação e distância do Teatro de Operações (TO) à Base Logística em Portugal;

- características e natureza das Forças Aliadas, dependência de comando, apoios operacionais e logísticos, no TO;
- e factores de ordem interna, como sejam:
 - condicionamentos da componente operacional do sistema de forças;
 - escalão da Unidade a atribuir: capacidade de auto-protecção e defesa e capacidade de auto-sustentação logística;
 - situação em recursos humanos: efectivos em RV/RC e voluntariado para a missão.

Vejamus então alguns aspectos concretos. Para os estudos do ambiente operacional, foi importante a contribuição do Serviço de Informações Estratégicas. Na altura ainda da responsabilidade da Divisão de Informações do Estado Maior General das Forças Armadas (DINFO/EMGFA – hoje SIEDM), disponibilizou à Divisão de Informações Militares do Exército elementos de informação importantes para fundamentar decisões prévias e formular as propostas relativas à estrutura da Força, dependência de comando e sustentação, que se vieram a revelar adequados à situação.

O confronto das características das duas áreas de operações onde inicialmente se previa o emprego das nossas forças (região de BIHAC ou região de Mostar), aconselhavam o emprego do Batalhão de Infantaria Aero-transportado (BIAT) no sector de Mostar, em particular pelo Inverno menos rigoroso, natureza do terreno e níveis esperados de intensidade dos conflitos.

O quadro de ameaças e riscos – *Figura 1* – foi indispensável como elemento essencial para a estruturação da Força, seu armamento e equipamento especial e para a sua instrução e treino operacional. A atribuição de protecção blindada (CHAIMITES) e de 1 Destacamento de Engenharia com alguma capacidade de desminagem, são exemplos que decorrem da análise das Informações disponíveis.

OPLAN 10405 "JOINT ENDEAVOUR"
FORÇA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PAZ IFOR

AMEAÇAS E RISCOS

GRAU DE PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	AMEAÇAS E RISCOS
ALTA	- EXISTÊNCIA DE MINAS DISSIMINADAS PELO TERRENO - ACIDENTES DE VIAÇÃO (Caral Meteo, má visibilidade, deficiente, fadiga e má tima de movimentos)
MODERADA	- FLAGELAÇÃO COM: - Armas Ligeiras - Armas de tiro curto (Arf/Mort) - IMPEDIMENTO DE MOVIMENTAÇÃO DE FORÇAS OU COLUNAS POR ACÇÃO DE: - Populações - Grupos Armados - Minas - SEQUELOS POR PERÍODO: VARIÁVEIS
BAIXA	- EMBOSCADAS E/OU GOLPES DE MÃO - ACÇÃO CONVENCIONAIS

Figura 1

A escolha da natureza e escalão da unidade foi fundamentada em função dos requisitos operacionais exigidos pelo tipo de missão e ambiente operacional, sublinhando-se que o escalão da unidade – Batalhão – surgia como o mais adequado por ser a unidade de manobra, base da estrutura das GU – Brigada e Divisão, e ser a unidade táctica fundamental: por ter apreciável capacidade de auto-protecção e defesa; por ter apreciável autonomia logística; por ter uma orgânica base flexível e facilmente ajustável aos diversos tipos de missão que caracterizam as operações de paz. Por outro lado, a solicitação de forças pelo SACEUR incidia em batalhões e, em termos comparativos, a atribuição de forças de outros países com a nossa dimensão seria idêntica ou equivalente.

Quanto à natureza da Unidade, o BIAT afigurou-se desde logo o mais adequado ao tipo de missão e tarefas a executar: responsabilidade por uma Zona de Acção, mantendo uma quadrícula de pontos importantes a ocupar; execução de patrulhamentos de itinerários e outros movimentos; contactos com entidades civis e militares das “partes” e com as populações; controlo de zonas de separação (ZOS) e de divisão inter-étnica (IEBL), etc.

Porquê 1 BIAT/BAI e não 1 Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mecanizada Independente (BIMec/BMI) ou 1 Batalhão de Infantaria Motorizada da Brigada Ligeira Independente (BIMoto/BLI) ou um Comando de Brigada?

Vários factores conduziram à decisão de empregar, pelo menos numa 1ª Fase da Operação, 1 BIAT/BAI. Primeiro, os Comandos de Brigada, já não estariam disponíveis, além de que em 1995/96 havia mais dificuldades em estruturar as sub-unidades de um Comando de Brigada. Segundo, o comando da Força no TO foi entregue ao Comando do ARRC (Força de Reacção Rápida do Comando Aliado da EUROPA). A BAI estava já atribuída a esse comando, com carácter permanente; justificava-se assim que um dos seus Batalhões fosse atribuído ao comando a que pertencia. Não faria sentido que na primeira intervenção “a sério” do ARRC, não se observasse o compromisso assumido. Depois porque, inicialmente, se admitiam dois tipos de possíveis missões – de quadrícula, ocupando o terreno (como veio a concretizar-se), ou como reserva do Comando da Força (ARRC). A natureza e as capacidades de uma unidade de Infantaria Aerotransportada, tornam-na particularmente apta para essa tarefa numa situação operacional como a que se desenhava para a BiH. Em quarto lugar, a BAI, levantada no Exército a partir de 1 de Janeiro de 1995, pela integração das tropas Paraquedistas até então na Força Aérea, e do Regimento de Comandos, dava garantias de eficácia e prontidão operacionais, numa situação caracterizada por muitas incertezas e curto prazo disponível para o aprontamento da Força. As tropas Paraquedistas, como as tropas Comando, eram e são detentoras de elevados padrões de prontidão e eficácia operacional e das melhores tradições militares. Acentua-se, em particular, o facto dos efectivos da BAI serem na totalidade voluntários RV/RC, (duas vezes Voluntários), situação que, como se sabe vinha a ser seguida para missões em África e que passou a constituir doutrina a partir de Março de 1996, por decisão do Governo. Refira-se a propósito que, já nas situações anteriores, para o levantamento das unidades, houve sempre mais voluntários do que as necessidades efectivas. Não se duvida que os Batalhões de Infantaria (BI) da BMI, cumpririam também com eficácia essas missões. No entanto, nessa altura, o número de RV/RC de que dispunham era mais limitado do que na BAI e, a sua dispersão por elevado número das Unidades da BMI, ainda dificultaria mais o aprontamento de 1 BI para a BiH.

Posteriormente, a situação em efectivos RV/RC melhorou e foi possível que a BMI, como iremos relembrar, pudesse vir a aprontar Forças para o TO da BiH). Refira-se ainda que inicialmente terá sido conside-

rado o emprego da AMF (Land) – Componente Terrestre da Força Móvel do ACE – constituída por Batalhões com elevada mobilidade e prontidão operacional, primeiro escalão de intervenção nas situações de conflito. A confirmar-se tal hipótese, o BIAT seria também a unidade mais adequada a tal tipo de Forças. Finalmente, poderá ainda dizer-se que os custos de preparação e aprontamento de um BIMEc/ /BMI eram consideravelmente superiores e o prazo de preparação também era maior. A decisão recaiu assim num BIAT/BAI – o 2º BIAT.

Outro problema interessante que surgiu e que se julga ter sido bem resolvido, dizia respeito à dependência de Comando do 2º BIAT, no sector operacional que lhe fosse atribuído.

No planeamento de Forças foram ponderadas as hipóteses de atribuição do BIAT (PO) a uma Brigada de Comando Italiano (IT) ou Espanhol (SP), tendo sido entendido como mais conveniente a atribuição a uma Brigada de Comando Italiano, privilegiando critérios de natureza militar: relações bilaterais entre quadros e tropas (20 anos de intercâmbio e treino cruzado); exercícios combinados com a BMI e BAI; afinidade de cultura e língua; facilidades no apoio logístico (interoperabilidade de meios, abastecimentos comuns (Memorandum Of Understanding – MOU) e proximidade das bases logísticas em Itália); recente atribuição à 3ª DIV IT (Milão) do 2º Comandante para a Logística (1 Brigadeiro PO) e de oficiais para o Estado-Maior da Divisão.

A opção de atribuição a uma Brigada de Comando Espanhol também preenchia, do ponto de vista técnico/militar, praticamente os mesmos requisitos, com excepção da proximidade das Bases Logísticas em IT e menor interoperabilidade dos meios.

A decisão recaiu assim, como se disse, na Brigada IT.

Outras hipóteses diziam respeito à eventual atribuição da Brigada IT (que incluiria o BIAT/PO) à Divisão Francesa (DIV FR no Sector de Mostar) ou à Divisão do Reino Unido (DIV UK no sector de Gornji) – *Figura 2*. Acabou por ser à DIV FR, o que teve o acordo nacional, também pelas características da área de operações e outros critérios de natureza militar. Como nota de interesse, salienta-se que o Sector da DIV FR (com 2 Brigadas FR, 1 Brigada SP e 1 Brigada IT, (BIAT PO)), correspondia aos Países e Forças da EUROFOR, Comando a que a BAI foi atribuída (“duplo chapéu” EUROFOR – ARRC).

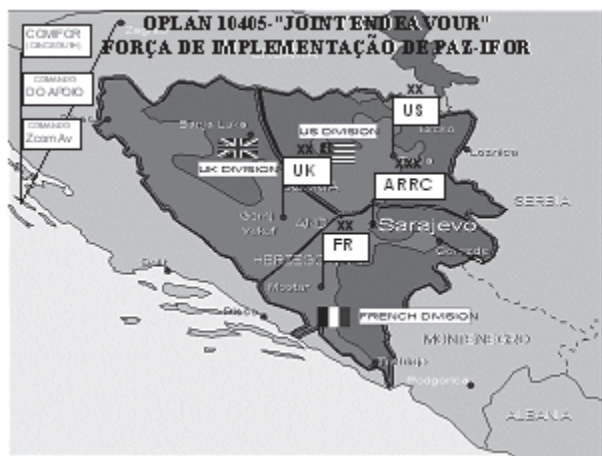


Figura 2

O Contingente do Exército foi estruturado em 3 elementos, com efectivos totais de 924 militares – *Figura 3*: o 2º BIAT com 678, o Destacamento de Ligação com 21 e o Destacamento de Apoio de Serviços com 225. O contingente incluía 1 Destacamento de Engenharia com capacidade de detecção minas e armadilhas e trabalhos de engenharia, e dispunha do

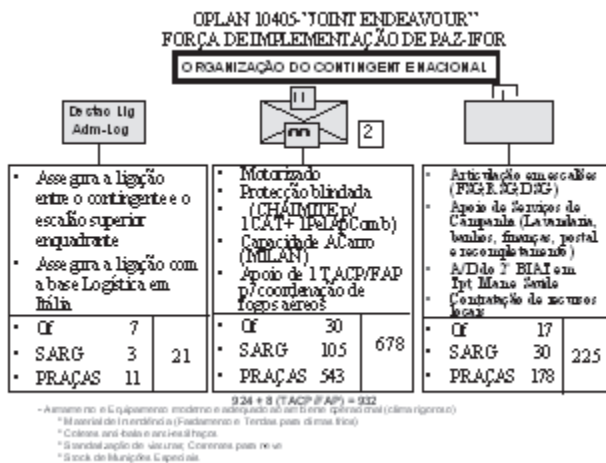


Figura 3

apoio de 1 Destacamento Avançado de Controlo Aerotático da Força Aérea para a coordenação de fogos aéreos. Mais de 20% dos efectivos são quadros (54 oficiais e 141 sargentos) – Figura 4.

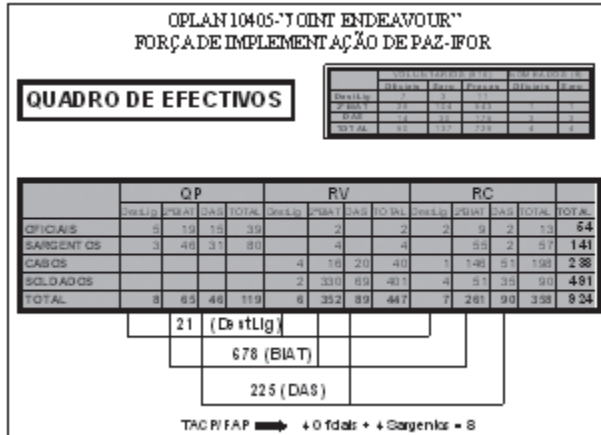


Figura 4

No verão de 1996 considerou-se oportuno proporcionar a Elementos de Operações Especiais do CIOE/LAMEGO, alguma experiência operacional no TO da BiH, o que se concretizou no 1.º trimestre de 1997, com o envio de Equipas de Operações Especiais que actuaram junto das unidades congéneres Italianas. O CIOE, posteriormente, tem vindo a ser empregue em operações de segurança e resgate de nacionais em África.

Um dos componentes mais importantes e complexos do planeamento para o emprego das Forças Nacionais, foi o Plano de Transportes.

Os aspectos essenciais considerados foram: as responsabilidades nacionais, (deslocar as forças para o TO, recebê-las e posicioná-las em sector, reposicionar forças e o regresso das forças), os condicionamentos nacionais à execução de um Plano desta natureza (capacidade limitada de transporte estratégico, dependência de meios civis fretados – com intervenção do Planeamento Civil de Emergência), e limitações de tempo para operações de fretamento e eventuais condicionamentos de portos e aeroportos de destino.

Para dar uma ideia da importância desta manobra de transportes, refere-se que foram transportados para um TO afastado da Base Logística Nacional

(PO) cerca de 2500 Km (4 horas TAP e 6 horas C-130 e 10 dias via marítima) – *Figura 5* – por via aérea, cerca de 1000 homens e por via marítima cerca de 200 viaturas (25 blindadas), 117 atrelados e 163 contentores. Ulteriormente, nas operações de sustentação logística, recorreu-se à via terrestre com a utilização de TIR a uma distância de 3500 Km.



Figura 5

Após a entrada em sector no TO, o Comando da Brigada Italiana GARIBALDI atribuiu ao 2º BIAT uma missão e uma área de responsabilidade. O dispositivo é o que está representado no esquema da *Figura 6*.

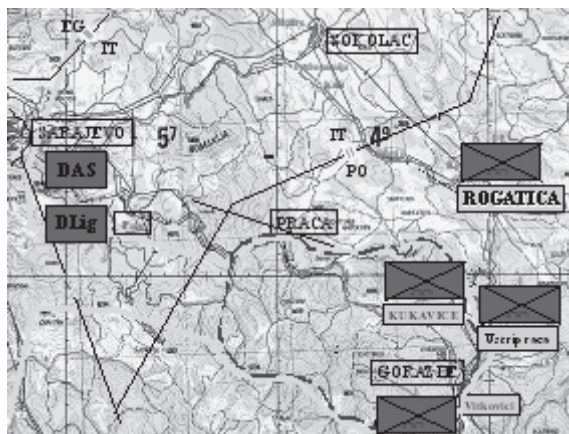


Figura 6

Como a missão impunha a ocupação de três pontos de apoio na proximidade de Gorazde, o 2º BIAT inicialmente ocupou Rogatica-Ustripaca-Kukavice-Vitkovice (enclave de Gorazde). Este dispositivo foi muito condicionado pela disponibilidade das instalações alugadas.

Após visita do CEME ao TO em finais de Fevereiro de 1996 e de acordo com os Comandantes no terreno e da participação em Roma numa reunião de trabalho com o CEME Italiano, o dispositivo foi reformulado, após prévia concordância do CEMGFA:

- a posição de Kukavice foi desactivada por não contribuir para o cumprimento da missão do Batalhão e apresentar muitas vulnerabilidades, (força isolada e de fácil neutralização);
- ocupação de Praça com 1 Pelotão (nova imposição da missão);
- foi obtido algum apoio logístico por parte do Exército Italiano (MOA);
- foi decidido o reforço do Batalhão com viaturas blindadas CHAIMITE, que foram transportadas pela Armada no NRP BÉRRIO;
- o efectivo do Destacamento de Ligação foi reduzido;
- foram completados os planos de contingência para reforço das NF em caso de necessidade.

De acordo com as recomendações da NATO, a rendição das forças foi planeada para quatro meses, a das unidades de combate e para seis meses, a das unidades de apoio logístico.

Foram definidas “Normas de Nomeação e de Administração de Pessoal Militar que integra Missões de Paz e Humanitárias”.

Por Portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros e Finanças, foram definidas as remunerações e outros direitos do pessoal militar na BiH.

A partir do empenhamento do 3.º BIAT, o Exército, através do Comando do Corpo de Tropas Aerotransportadas (CTAT), estabeleceu um acordo com uma “seguradora”, para criar um seguro de vida individual, iniciativa original relativamente ao empenhamento de forças no exterior, que contribuiu para o moral das tropas e se revelou adequado à situação. Embora o encargo fosse a título pessoal, o processo foi iniciado na perspectiva de mais tarde vir a ser institucionalizado.

Em 12 de Dezembro de 1996, com a finalidade de garantir a estabilização da situação e de evitar o reacender do conflito armado, o Conselho de

Segurança da ONU aprovou, (Resolução 1088), a constituição de nova força multinacional para a BiH, designada por Força de Estabilização – SFOR –, a qual, sob o comando da NATO, iniciaria a sua missão logo após o final do mandato da IFOR (20 de Dezembro de 1996).

Em 17 de Dezembro de 1996 o NAC (Conselho do Atlântico Norte) aprovou o Plano de Operações do SACEUR – OPLAN 10406 (*Joint Guard*), que estabeleceu os princípios de participação dos países NATO e não-NATO (vinte e um), bem como o período de missão e as fases da sua implementação.

Composta por cerca de 30.000 homens (registando-se portanto uma redução de 20.000), o número de Batalhões diminuiu de 32 para 25, a SFOR passou ao comando do LANDCENT (deixou de ser do ARRC).

Para esta operação foi definido o período de 18 meses com avaliação semestral, visando a redução progressiva de forças, até à sua retirada total. Da missão atribuída, deduziu-se que as tarefas militares seriam semelhantes às da IFOR, mas executadas segundo prioridades e critérios selectivos.

No terreno, o TO manteve a divisão em 3 sectores: no sector Norte, uma Divisão sob comando USA e QG em Tuzla; no sector Sudoeste, uma Divisão sob comando RU e QG em Banja Luka; e no sector Sudeste, uma Divisão sob comando FR e QG em Mostar.

Os estudos para a participação nacional, consideraram inicialmente duas alternativas: ou seis aviões F-16 da Força Aérea ou uma unidade do Exército com efectivo inferior ao do BIAT. Para esse efeito, o Exército inicialmente propôs nove opções, com fundamento na sua experiência de um ano no TO, na operação IFOR, e também nas suas maiores e diversificadas possibilidades, tornadas possíveis pela adequação e concretização de acções de reestruturação iniciadas no início da década e, particularmente, porque não obstante as dificuldades e vulnerabilidades da Lei do Serviço Militar em vigor, o efectivo em RV/RC no Exército manteve crescimento constante, permitindo melhorias na componente operacional (atingiu-se em 1997 o efectivo de cerca de 13.000 RV/RC). Essas nove opções correspondiam a diversas capacidades e missões: de comando; acções operacionais, acções humanitárias – *Figuras 7, 8 e 9*: Comando de Brigada – Esquadrão de Reconhecimento – Companhia de Engenharia – Batalhão de Infantaria Motorizado – Batalhão de Infantaria Aerotransportado – Hospital Cirúrgico Móvel (Reduzido) – Destacamento de Operações Especiais – Módulos de Serviços.

CONFIDENCIAL
RESUMO DAS MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO NO PÓS-IFOR

ANEXO A
ALTERAÇÃO 2

OPÇÃO	UNIDADES	MISSÃO	EFFECTIVO TOTAL	PRAZO DE PREPARAÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTOS
A	CMD BRIG C/CCS + EREC + DEST OP ESP	- Planear e conduzir acções operacionais e de ajuda humanitária, se lhe forem atribuídas unidades com capacidade para este último tipo de missão	341 elementos	2/3 meses	P - 202.430 T - 100.000 (a) SM - 282.000 TOT - 3.822.830
B	CMD BRIG C/CCS + CENG + DEST OP ESP	- Planear e conduzir acções de carácter operacional e de ajuda humanitária	317 elementos	Idem	P - 552.690 T - 100.000 (a) SM - 270.800 TOT - 4.038.890
C	CMD BRIG C/CCS + BATALHÃO REDUZIDO (BIMoto ou BIAT)	- Planear e conduzir missões de carácter operacional c/meios orgânicos - Idem de ajuda humanitária, com meios de reforço	g/ BI a 3CAT 429 elementos g/ BI a 2CAT 350 elementos	Idem	BI a 3 CAT P - 465.230 T - 100.000 (a) SM - 292.460 TOT - 4.211.150 BI a 2 CAT P - 388.150 T - 87.000 (a) SM - 245.630 TOT - 3.546.110
D	HOSPITAL DE CAMPANHA/ CIRÚRGICO MÓVEL	- Executar missões de ajuda humanitária	137 elementos	Idem	P - 133.400 T - 13.000 (b) SM - 114.610 TOT - 1.571.120

NOTAS:
(a) - Custo de Transporte Aéreo e Marítimo (Ida e Volta)
(b) - Custo de Transporte Aéreo (Ida e Volta)
(c) - Dificuldades conhecidas Serviço de Saúde Militar fazem prever necessidade apoio médico outros Ramos especialidade Anestésista - Reanimador

LEGENDA:
P - Custos de Preparação e Aparentamento
T - Custos de Transporte (Ida e volta)
SM - Custos com Sustentação Mensal
TOT - Custo Total da Participação em 12 meses (Exclui 364.000 contos para o voo semanal do C-130)

Figura 7

CONFIDENCIAL
RESUMO DAS MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO NO PÓS-IFOR

OPÇÃO	UNIDADES	MISSÃO	EFFECTIVO TOTAL	PRAZO DE PREPARAÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTOS
E	CMD BRIG C/CCS + CENG + HOSP CAMP	- Planear e executar acções de carácter humanitário c/meios orgânicos - Idem para missões operacionais com meios de reforço	367 elementos	Idem	P - 743.940 T - 100.000 (a) SM - 251.215 TOT - 3.995.920
F	BATALHÃO REDUZIDO (BIMoto ou BIAT) MÓDULO APOIO DE SERVIÇOS BASE	- Acções de carácter operacional, c/responsabilidade de área	303 elementos	2/3 meses	BI Moto (Reduzido) P - 113.910 T - 26.000 (b) SM - 168.150 TOT - 2.220.110 BIAT (Reduzido) P - 130.760 T - 26.000 (b) SM - 203.700 TOT - 2.663.560
G	EREC + MÓDULO APOIO DE SERVIÇOS BASE	- Missões de reconhecimento, segurança de área e de itinerários	175 elementos	2 meses	P - 144.020 T - 87.000 (a) SM - 140.810 TOT 2.044.140

NOTAS:
(a) - Custo de Transporte Aéreo e Marítimo (Ida e Volta)
(b) - Custo de Transporte Aéreo (Ida e Volta)
(c) - Dificuldades conhecidas Serviço de Saúde Militar fazem prever necessidade apoio médico outros Ramos especialidade Anestésista - Reanimador

LEGENDA:
P - Custos de Preparação e Aparentamento
T - Custos de Transporte (Ida e volta)
SM - Custos com Sustentação Mensal
TOT - Custo Total da Participação em 12 meses (Exclui 364.000 contos para o voo semanal do C-130)

Figura 8

H	CENG + MÓDULO APOIO DE SERVIÇOS BASE	- Missões de ajuda humanitária às populações e de reconstrução do país	122 elementos	2/3 meses	P - 610.880 T - 13.000 (b) SM - 95.000 TOT - 1.813.280
I	DESTAC OPERAÇÕES ESPECIAIS	- Missões especiais na área do reconhecimento, fiscalização e defesa de pontos sensíveis	- 60 elementos c/Módulo Apoio Serviços - 48 elementos s/Módulo Apoio Serviços	1 mês	P - 177.980 T - 13.000 (b) SM - 59.155 TOT - 950.240

NOTAS:

- (a) - Custo de Transporte Aéreo e Marítimo (Ida e Volta)
- (b) - Custo de Transporte Aéreo (Ida e Volta)
- (c) - Dificuldades conhecidas Serviço de Saúde Militar fazer prever necessidade apoio médico entre os Ramos especialidade Anestesiologia - Reanimador

LEGENDA:

- P - Custos de Preparação e Aprontamento
- T - Custos de Transporte (Ida e volta)
- SM - Custos com Sustentação Mensal
- TOT - Custo Total da Participação em 12 meses (Exclui 364.000 contos para o voo semanal do C-130)

Figura 9

A decisão recaiu sobre um BI Moto reduzido, aliás preferência a nível NATO por razões que se compreendem – Figura 10.

MODALIDADE ESCOLHIDA

UN	MISSÃO	POSSIB	LIMIT	EFFECT	DURAÇÃO	CUSTOS a)	VANTAGENS
BAT RED BIMoto + Ap Svç	- Acções de carácter operacional c/responsabilidade de área	- Assumir responsab Territ. por Sub-sector - Executar acções autónomas - Defesa de pontos sensíveis - Seg Instal -Seg Itin	Capacidade para acções de natureza humanitária estará associada à sua missão operacional	303 elementos	2/3 meses	BIMoto (Reduzido) P - 113.910 T - 26.000 (b) SM - 168.150 TOT - 2.220.110 (a)	- Elevada visibilidade em termos militares - Cumprir a missão com equip. já no TO - Obter experiência neste tipo de operações

Nota:

a) Não inclui Rendição e voo de C-130

P- Preparação e Aprontamento
T- Transporte (Ida e Volta)
SM- Sustentação Mensal

Figura 10

O Exército, naturalmente, tinha antecipado o planeamento e a preparação, na previsão da continuação da Missão no período pós-IFOR. Os pressupostos da operação foram determinantes para a opção nacional de participar com 1 Batalhão de Infantaria reduzido:

- a SFOR parte da Força IFOR numa configuração reduzida, sendo portanto uma operação de rendição em sector, precedida de uma contracção de forças do 3º BIAT;
- O Batalhão mantém-se, por proposta italiana com apoio francês, atribuído à Brig IT e à Div FR, o que facilita as relações de comando ao nível TO e Exército; facilita igualmente o apoio logístico, visto que o material, o equipamento e as viaturas se mantêm no TO;
- o Batalhão vai manter uma área de responsabilidade idêntica com menores efectivos, com um dispositivo mais concentrado (segurança da força) e menor capacidade operacional (tarefas selectivas; eventual apoio dos escalões Brig e Div);
- o mandato é de 18 meses, (até Junho de 1998), com reapreciação dos níveis de forças de 6 em 6 meses;

Ambiente operacional:

- mantêm-se a área de operações, com sensíveis factores de incerteza, de que decorrem ameaças e riscos de nível não muito diferente da IFOR.

A opção por um Batalhão reduzido garantia a coerência no cumprimento das tarefas de dissuasão, estabilização da situação e apoio civil selectivo e, ao mesmo tempo, conferia capacidade mínima de segurança e auto-sustentação por um período de tempo limitado. Contudo se a situação se agravasse, considerava-se que a unidade teria de ser imediatamente apoiada e/ou reforçada o que foi previsto.

Estrutura do Batalhão e efectivos:

- Comando e Companhia de Comando e Serviços (módulo de apoio de serviços e um Destacamento de Engenharia);
- 2 Companhias de Atiradores (com um Pelotão Apoio Combate, com morteiros e anti-carro);
- Efectivos: 319 (22 Oficiais, 58 Sargentos; 239 Praças);
- Protecção blindada (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal/ /CHAIMITE).

Quanto à natureza da força optou-se por Infantaria Motorizada e não Infantaria Aerotransportada depois de ponderados os seguintes aspectos:

- As tarefas operacionais a cumprir tinham características de quadrícula: ocupação de terreno, patrulhamentos, contactos com autoridades e populações. A actuação dos dois Batalhões é idêntica;
- A especialidade de “aerotransportado” não constitui uma necessidade da missão;
- O ARRC (Comando da NATO a que a BAI está atribuída) foi substituído no comando da SFOR pelo COMLANDCENT;
- O emprego de outras unidades do Sistema de Forças Terrestre, (da BMI e BLI), vem conferir experiência e reforçar o nível operacional destas Brigadas.

O Exército manteve e mantém hoje, o mesmo nível de Forças na SFOR. Foram empenhados até agora 3 Batalhões de Infantaria Reduzidos/BMI; 1 Batalhão de Infantaria Aerotransportada Reduzido/BAI; e 1 Agrupamento ALFA/BLI. Se acrescentarmos dois BIAT/IFOR estamos perante uma participação significativa: sete unidades de escalão Batalhão com apoio administrativo-logístico, com um efectivo total da ordem dos 2500 H, dos QP e RV/RC, (cerca de 50% dos 5500 H empregues nas Operações de Paz). O desenvolvimento destas operações não foi porém isento de riscos, como se previa, destacando-se os principais:

- Elevado número de minas e armadilhas disseminadas pelo terreno e em muitos edifícios;
- Acidentes de viação provocados pela conjugação das condições meteorológicas com o mau estado da rede rodoviária;
- Acções de hostilidade resultantes de disputas locais;
- Aumento da criminalidade;
- Acções de fogo (snipers).

A estimativa das perdas, (devidas ao combate e não devidas ao combate), foi feita com algumas reservas pela inexistência ainda de dados estatísticos e tabelas de perdas para este tipo de operações.

No entanto, numa tentativa, à partida apresentada com carácter um tanto aleatório e perante o cenário considerado possível de aceitação pelas partes do plano de paz e da presença das forças da NATO e credibilidade da IFOR, foi considerada uma estimativa de perdas, com base nos dados relativos às perdas das forças da ONU, (UNPROFOR), com um efectivo

de 40 000 homens durante um período de três anos na Bósnia, Croácia e Macedónia.

Tendo como base apenas a força da ONU que esteve na BÓSNIA, a sua projecção para o efectivo das nossas forças conduziu à estimativa de um total de 12 perdas (2 mortos) no primeiro ano de operações. Até final da IFOR as perdas das nossas forças foram de 4 mortos e 17 feridos.

Quanto aos custos financeiros, consideraram-se os encargos com a preparação e aprontamento da Força, o treino operacional, os materiais e equipamentos adquiridos e beneficiados (incluindo os da 2ª LPM), os transportes e a sustentação logística/mensal (despesa fixa aproximada de 434 mil contos e despesas variáveis de 176 mil contos para um total aproximado de 600 mil contos). A previsão para o 1º ano era de 10 milhões de contos, mas na execução pouparam-se 2 milhões de contos por contracção de efectivos e progressiva experiência operacional, pelo que o total apurado foi de 8 milhões de contos.

A participação militar portuguesa na IFOR/SFOR, que prossegue, teve características especiais que se julga de interesse sublinhar. Em termos nacionais, traduziu-se no emprego das primeiras unidades a actuar no TO Europeu após a Primeira Guerra Mundial e as primeiras unidades de combate a intervir, no exterior, após 1975. Em termos internacionais, tratou-se de uma intervenção militar sob a égide das Nações Unidas, mas executada sob comando NATO, fora das suas fronteiras originais e que contou com a participação de forças de Países NATO e não NATO, o que demonstra a importância da cooperação militar no âmbito das relações internacionais e aconselha a estreitar essa cooperação. A presença alargada de Quadros Nacionais nos QG internacionais e outras estruturas operacionais é um encargo com contrapartida. Essa presença aumentou consideravelmente, mas julga-se estar ainda aquém no QG/NATO (SHAPE).

Hoje afigura-se claro o propósito do poder político de assumir os compromissos internacionais, através de uma presença militar efectiva, que se concretizou nos últimos seis anos com um carácter permanente em diversas áreas do Globo, na prevenção de conflitos, resolução de crises e segurança de cidadãos nacionais. Parece ter sido acolhida a natureza simultaneamente nacional e supra nacional da Política de Defesa que o Professor Adriano Moreira designou por “soberania de serviço”, conceito que corresponde à “disponibilidade para contribuir para objectivos comuns e que a única legitimidade é a do exercício e que os únicos

contributos reconhecidos são os contributos efectivos, activos”. Isso exige, como se sabe, disponibilidade de recursos e de meios militares, em permanência e com capacidade para cumprir um diversificado leque de missões, com duração prolongada e de exigente sustentação. Acresce, como aliás se tem verificado, o emprego simultâneo, em diversas frentes, de unidades das Forças Terrestres. Isto exige que o Sistema de Forças Operacional esteja preenchido e seja efectivamente operacional. O decisor político terá de saber, antes de decidir uma participação militar, quais as forças disponíveis e capacidade de sustentação, incluindo rendições, apoios e reforços.

A alternativa existe: o decisor político define prioridades e níveis das intervenções, ou seja, define para que missões simultâneas o Sistema de Forças deverá ter capacidade imediata (os prazos de intervenção são em regra muito curtos), o que poderá determinar a não participação em todas as operações multinacionais.

A disponibilidade e generosidade Portuguesas e particularmente da Instituição Militar, são uma realidade, resolvem muitos problemas, mas julga-se estarmos no limite além do qual a segurança e o sucesso das intervenções podem ficar comprometidos.

No quadro das missões, há necessidade de as avaliar enquanto referências para o planeamento de forças. Nesta avaliação deverão identificar-se os critérios que fundamentem as opções mais adequadas quanto aos meios e modelos orgânicos, tendo em vista fazer coincidir as prioridades operacionais com as prioridades da atribuição de recursos (LPM).

Se a prioridade for, como se julga adequado, atribuída às “novas missões”, sem contudo se esquecer ou perder de vista a missão principal de defesa militar do País, então os conceitos estratégicos e o planeamento de forças devem reflectir essa prioridade. Contudo, a preparação das forças deverá continuar a privilegiar o combate terrestre, que se ajusta a vários tipos de tarefas operacionais, evitando uma formação de cariz mais policial do que militar. Mesmo nas operações de paz, existe uma fronteira clara entre os dois tipos de forças.

Julga-se que a principal vulnerabilidade, que se considera absolutamente prioritário melhorar rapidamente, diz respeito aos recursos humanos, particularmente o recrutamento de voluntários (RV/RC) para o Exército. Hoje temos experiência, capacidades diversificadas para participar em operações de forças multinacionais e na Cooperação com os Países Lusófonos, mas esta disponibilidade pode vir, a curto prazo, a ficar

comprometida por insuficiência de efectivos. No último biénio, o Exército “perdeu” cerca de 1.600 RV/RC, a maioria com experiência de missões no exterior. Como em 1997, continua-se a julgar prioritária a resolução desse problema nuclear, através de nova LSM que tarda em ser aprovada, e de novos incentivos.

Mas outras ilações importantes poderão ser retiradas da experiência da participação de onze unidades em operações de paz com um efectivo de 5.500 homens:

- que foram correctas e adequadas as acções de reestruturação e de alguma modernização do Exército, em especial da sua componente operacional, levadas a efeito nos últimos anos;
- a indispensabilidade de prosseguir os programas de reequipamento no âmbito da LPM, cujos atrasos de execução foram altamente inconvenientes;
- a adequabilidade da doutrina relativa às operações de paz criada a partir das experiências acumuladas e introduzida no Exército; sublinha-se a importância do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz no Campo Militar de Santa Margarida, criado no Verão de 95;
- a necessidade de garantir a prontidão operacional das Forças, sua projecção e sustentação logística, com meios dos três Ramos das Forças Armadas, a partir de uma capacidade logística própria, que assegure a procura e obtenção, a produção ou a adaptação de equipamentos críticos, essencialmente militares, em prazos normalmente reduzidos. Sempre se advogou, e a operação IFOR veio reforçar essa posição, a imperiosa necessidade de se reduzir uma das nossas principais vulnerabilidades que é a falta de meios para projectar e sustentar Forças no exterior: um Navio Logístico e mais aviões C-130;
- a conveniência de reformular o edifício conceptual da Defesa Nacional e Forças Armadas, o que será certamente incentivado pela esperada actualização do novo conceito estratégico da NATO, embora pareça que não são necessárias grandes alterações. As vulnerabilidades que persistem não estão no quadro conceptual de referência, mas em especial na não concretização da reforma da LSM e atrasos na execução da LPM. Afigura-se também pertinente reanalisar as linhas de comando operacional e administrativo-logístico das chefias militares, no sentido de avaliar a solução que melhor responde às diferentes situações, aquém do estado de guerra.

A forma como decorreu a Missão da IFOR é conhecida. O 2º BIAT, o Destacamento de Apoio de Serviços e o Destacamento de Ligação, unidades que iniciaram a missão tiveram, deve sublinhar-se, tarefa árdua a exigir grande sacrifício e profissionalismo de todos os seus militares. As dificuldades iniciais próprias da entrada em sector num teatro de operações à época caracterizado por condições meteorológicas gravosas, inexistência de instalações minimamente habitáveis, pela imprevisibilidade e existência de riscos decorrentes quer da proliferação de minas e engenhos explosivos e acidentes de viação, quer da incerteza quanto ao nível de conflitualidade, foram ultrapassadas pela inexcedível perseverança e grande generosidade de todos os militares, unidos por são espírito de corpo.

O 3º BIAT soube, depois, aproveitar da melhor forma o trabalho e a experiência do 2º BIAT, dando continuidade e unidade ao cumprimento da missão atribuída às forças portuguesas que se integraram harmoniosa e plenamente no esforço operacional conjunto da Divisão Multinacional Sudeste – sob comando Francês – e da Brigada Multinacional Italiana que enquadraram a força nacional.

A missão IFOR, terminada em 20 de Dezembro de 1996, foi continuada na SFOR, com o emprego de forças da BMI – dois BIMoto Reduzidos. Estas unidades prosseguiram o caminho dos que os antecederam, e cumpriram com igual sucesso, eficácia e profissionalismo as suas complexas tarefas. Tanto a BAI como a BMI mostraram ser excelentes unidades operacionais que se prestigiaram e prestigiaram o Exército, as Forças Armadas e o País.